

**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE  
COMISSÃO ESTADUAL DE CONTROLE AMBIENTAL  
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE**

**ATA SUCINTA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA DE FORMA HÍBRIDA  
PETRÓLEO BRASILEIRO S/A – PETROBRAS – 14/08/2024**

Aos quatorze dias do mês de agosto de dois mil e vinte e quatro, conforme a Resolução CONEMA nº 35, de 15/08/2011, foi realizada a Audiência Pública, de forma híbrida, do processo de licenciamento ambiental nº SEI-070007/001247/2022, referente à apresentação e discussão do Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, com relação ao requerimento de Licença Prévia da empresa PETRÓLEO BRASILEIRO S/A – PETROBRAS, para avaliação da viabilidade ambiental para a implantação de um Parque Termoelétrico no Polo GASLUB (Antigo COMPERJ), composto por duas usinas termoelétricas (UTE GASLUB I e UTE GASLUB II, 1.200 MW e 600 MW, respectivamente), uma Subestação Elevadora de 345 kV e uma Linha de Transmissão Intramuros de 345 kV, localizado no Acesso A1 da RJ 116 km 5,2, Polo GASLUB, Alto do Jacu (Sambaetiba), Município de Itaboraí. A Audiência iniciou-se às 19h18min com a seguinte composição das mesas: 1) Mesa Diretora: Maurício Couto Cesar Junior (Presidente), Ana Cláudia dos Santos Campos (Secretária), e pelo INEA: Raphael José Martins de Castro, Coordenador do Grupo de Trabalho, João Eustáquio Nacif Xavier e Luana Rosário (COOÉAM/INEA), 2) Mesa do Empreendedor: André Pinhel Soares, Margareth Michels Bilhalva, Daniel de Abreu Rocco e Leandro Bastos, 3) Equipe de consultoria ANX Engenharia e Arqueologia, responsável pela elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e seu respectivo Relatório – EIA/RIMA: Diego Faria Pessanha, Davi Rabelo e Danilo Saraiva. Em seguida, foi executado o Hino Nacional. Foram passadas todas as informações de acesso, como a transmissão ao vivo, bastando apenas acessar <https://petrobras.com.br/quem-somos/polo-gaslub-itaborai>, clicando no link disponível, com tradução simultânea em libras. Presencialmente, na quadra do Ginásio do CLUBE VERA GOL ESPORTE E LAZER, localizado na Avenida Vinte e Dois de Maio nº 3.428, Outeiro das Pedras, Município de Itaboraí. Dando continuidade, o Presidente da Audiência, Maurício Couto Cesar Junior, fez os esclarecimentos em relação à dinâmica de realização da audiência pública. Em seguida, o Presidente passou a palavra ao Coordenador do Grupo de Trabalho do INEA, Raphael José Martins de Castro, que se apresentou e falou que o objetivo da Audiência Pública é fomentar e permitir a participação pública das comunidades interessadas e afetadas pelos impactos ambientais do empreendimento e dar transparência e maior publicidade ao processo de licenciamento ambiental. Falou do objeto do licenciamento e do histórico do processo e finalizou explicando que os questionamentos devem ser entregues dentro do prazo de 10 (dez) dias no INEA ou na CECA, conforme e-mail e endereço informados na divulgação da

**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE**  
**COMISSÃO ESTADUAL DE CONTROLE AMBIENTAL**  
**INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE**

47 Audiência Pública. O Presidente da mesa lembrou que a audiência está sendo  
48 filmada, gravada e que ela será transcrita e fará parte dos Autos do processo,  
49 que tudo que for dito aqui tanto as perguntas encaminhadas por escrito, quanto  
50 quem fez uso da palavra. Em seguida, foi passada a palavra para o  
51 representante da empresa, Sr. Leandro Bastos, se apresentou a todos os  
52 presentes, falou que trabalha na Diretoria de Engenharia da Petrobras,  
53 especificamente na área de gestão os grandes projetos de investimentos da  
54 companhia e que é gerente do Projeto do Parque Termoelétrico do Polo  
55 GASLUB. Falou dos objetivos e justificativas do projeto em tornar o sistema  
56 elétrico mais confiável. Falou que são duas usinas detalhou seu  
57 funcionamento. Continuou falando dos aspectos relevantes e etapas de suas  
58 instalações. Dando continuidade, foi passada a palavra à Sr. Davi Rabelo, da  
59 empresa que elaborou o EIA/RIMA, que iniciou dando boa noite a todos, falou  
60 de sua formação em oceanografia, apresentou os estudos de avaliação da  
61 sustentabilidade do projeto de detalhamento do EIA/RIMA, destacando as  
62 características do empreendimento, as alternativas tecnológicas e locais  
63 estudadas. Foi apresentado o diagnóstico ambiental das áreas de influência  
64 Indireta, Direta e Diretamente Afetada, em seus aspectos físicos, bióticos e  
65 socioeconômicos, os impactos decorrentes da implantação do projeto e as  
66 medidas mitigadoras. Avaliando as características do projeto, cenário de  
67 inserção regional, o que foi apresentado dentro do estudo de impacto ambiental  
68 e com a composição de medidas e dos programas ambientais, a viabilidade de  
69 manutenção da qualidade ambiental e para alguns pontos uma melhoria  
70 daquilo que já vem sendo observado na região o projeto ele é avaliado como  
71 compatível com a região de inserção, pelo viés social, ambiental e econômico,  
72 embora a equipe multidisciplinar do projeto tenha chegado na conclusão de  
73 que o projeto seja viável ambientalmente, essa decisão final sobre a  
74 possibilidade de inserção ou não dele na região, vai ficar a critério do INEA.  
75 Finalizou agradecendo a todos pela oportunidade. Houve um intervalo de  
76 30(trinta) minutos. Após o intervalo de 30 (trinta) minutos, o Sr. Presidente  
77 passou a palavra ao representante do Ministério Público Estadual, o Promotor  
78 Tiago Veras, que iniciou sua fala dando boa noite a todos, ao Presidente da  
79 Mesa, aos representantes do órgão licenciador do INEA, aos demais órgãos  
80 públicos do Município, aos representantes da Petrobras e demais presentes. Falou  
81 que a Audiência Pública é um momento de participação democrática no  
82 processo de licenciamento e que é imprescindível a participação da população,  
83 sobretudo das pessoas que moram próximo ao empreendimento e que vão  
84 receber os impactos diretos e indiretos. Falou que o Ministério Público do  
85 Estado do Rio de Janeiro vem acompanhando de forma firme, combativa e  
86 ativa o licenciamento de todos os empreendimentos intramuros e extramuros  
87 do Comperj, que começou entre 2006/2008. Continuou falando sobre a  
88 existência de dezenas de inquéritos civis desses empreendimentos,  
89 conduzidos pelo Ministério Público. Esclareceu que sua Promotoria e de Tutela  
90 Coletiva do Núcleo de Itaboraí é que tem atribuição para o Meio Ambiente  
91 nessa região, que é o Coordenador do GTT do grupo temático temporário  
92 ambiental do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e que é membro

**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE**  
**COMISSÃO ESTADUAL DE CONTROLE AMBIENTAL**  
**INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE**

93 colaborador da Comissão do Meio Ambiente do CNMP, do Conselho Nacional  
94 do Meio Ambiente, do Ministério Público. Falou que foi concluído em 2018, que  
95 das 116 licenças e das 2.254 condicionantes analisadas, entenderam que  
96 havia algumas irregularidades nas fixações dessas condicionantes e na  
97 fiscalização das licenças dos diversos empreendimentos intra e extramuros do  
98 Comperj. Foram ajuizadas infrações civis públicas, grandes, complexas,  
99 pesadas, no valor da causa de 7,5 bilhões de reais e com mais de uma centena  
100 de pedidos de obrigações de fazer, tanto para o empreendedor como para o  
101 órgão licenciador, que é o INEA. Após o ajuizamento da ação, o MPE foi  
102 procurado pela Petrobras e pelo Estado do Rio de Janeiro e que após muitos  
103 debates com a participação e contribuição da sociedade civil em Audiências  
104 Públicas, ofícios e em reuniões, foram celebrados dois TACs, que é um acordo,  
105 de Ajuste de Conduta. Explicou que eles foram homologados por sentença  
106 Judicial e chancelados pelo poder da 1ª Vara Cível de Itaboraí e que hoje são  
107 Títulos Executivos Judiciais. Para a população ter acesso a essas ações civis  
108 públicas, e a esses acordos desses dois TACs e 126 Processo, tudo foi  
109 remetido para a internet em um site chamado [rap.gov.br/projeto/tac/comperj](http://rap.gov.br/projeto/tac/comperj)  
110 ([RedeAmbienteParticipativo.gov.br/projeto/tac/comperj](http://RedeAmbienteParticipativo.gov.br/projeto/tac/comperj)). Continuou falando  
111 sobre o empreendimento que está sendo tratado hoje que é uma termelétrica  
112 dentro do GASLUB, antigo Comperj. Disse que em um primeiro momento, em  
113 uma Promotoria de Meio Ambiente, nenhum Promotor teria simpatia por um  
114 empreendimento que não consistisse em energia limpa renovável, como  
115 energia solar e eólica que seriam de preferência. Falou que a abordagem do  
116 empreendedor seria no caráter de complementaridade dessas energias  
117 trazendo um sossego para eles e que de qualquer forma o MPE não tem a  
118 discricionariedade técnica do órgão licenciador e nem os interesses legítimos  
119 do empreendedor de escolher qual a melhor atividade para desenvolver  
120 naquela região. Falou da necessidade de celebração de um novo TAC com  
121 outros compromissados, no caso com o município de Guapimirim e o Estado  
122 do Rio de Janeiro, que teria como objetivo colocar em prática o Parque Natural  
123 Municipal Águas de Guapimirim, uma Unidade de Conservação que ficará ao  
124 lado do Comperj, que formara um cinturão verde no entorno para proteção dos  
125 nossos mananciais. A regularização fundiária, pagar desapropriações, elaborar  
126 planos de manejo e fazer restauração florestal, sendo objeto de uma das  
127 cláusulas do TAC, repactuando e complementando a restauração florestal feita  
128 anteriormente pelo Comperj, cujo objetivo seria proteger as matas ciliares dos  
129 rios da região, sobretudo os Rios Macacu e Caceribus, que são Rios  
130 importantes dessa região e que abastecem o Leste Fluminense. Em relação ao  
131 empreendimento tratado hoje vai buscar o princípio do desenvolvimento  
132 sustentável, sobretudo verificando os aspectos de legalidade do  
133 empreendimento. Falou que a discricionariedade técnica cabe ao órgão  
134 licenciador. Falou da preocupação da Promotoria com relação às mudanças do  
135 clima, aos desastres socioambientais, às enchentes em todo o país e na região  
136 serrana que vêm tirando a vida da população. Destacou outro ponto de atenção  
137 sobre a água de reuso, e que seria muito importante sua adoção nesse novo  
138 empreendimento do Comperj, devendo ser usada a mesma sistemática que foi

**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE**  
**COMISSÃO ESTADUAL DE CONTROLE AMBIENTAL**  
**INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE**

139 usada nos Tacs anteriores. As águas de reuso devem ser usadas para os  
140 processos industriais por conta da escassez hídrica da região o que está sendo  
141 objeto de estudos no plano estadual de segurança hídrica que foi financiado  
142 com o TAC do Comperj. Falou que trouxe uma pergunta da Dra. Marcela do  
143 Amaral, promotora do meio ambiente de Maricá, que solicitou maiores  
144 esclarecimentos em relação aos efluentes químicos que vão sair desse  
145 empreendimento do GASLUB e que vão ser lançados em Maricá, e se o  
146 empreendedor poderia esclarecer como será feito o tratamento desses  
147 efluentes químicos. Por fim fez uma leitura rápida dos pontos que o GATE  
148 concluiu em seu parecer. Em seguida, o Presidente fez algumas colocações  
149 sobre os questionamentos feitos pelo MPE e passou a palavra para a  
150 PETROBRAS que fez os esclarecimentos. O Presidente da mesa questionou  
151 se o Ministério Público Federal iria fazer uso da palavra e foi informado que  
152 seus questionamentos foram feitos por escrito. Foi feita a leitura dos citados  
153 questionamentos os quais foram respondidos pela PETROBRAS. A Mesa  
154 Diretora informou que recebeu 61 (sessenta e um) perguntas apresentadas  
155 pelo plenário e enviadas através de e-mail e 22 (vinte e duas) inscrições para  
156 fazer uso da palavra. Todas as perguntas encaminhadas à mesa por escrito  
157 foram respondidas pelos representantes do INEA, da empresa e da consultora  
158 a contento. Passou-se então para a última fase da Audiência, quando foi dada  
159 a palavra para os que fizeram solicitação de manifestação oral, de forma  
160 presencial e remota, onde apresentaram suas perguntas e manifestações que  
161 foram respondidas e incorporadas aos autos do processo. Em seguida, o  
162 Presidente lembrou que quaisquer contribuições referentes à Audiência Pública  
163 poderão ser encaminhadas, no prazo de 10 (dez) dias, ao INEA, através do e-  
164 mail [ceam.inea@gmail.com](mailto:ceam.inea@gmail.com), e à CECA através do e-mail  
165 [ceca.ambiente@yahoo.com.br](mailto:ceca.ambiente@yahoo.com.br). O Senhor Presidente agradeceu a presença de  
166 todos e encerrou a sessão às 00:26 h do dia 15 de agosto de 2024. Nada mais  
167 tendo a informar, eu, Ana Cláudia dos Santos Campos, encerrei a presente  
168 Ata.

169  
170 Em 15/08/2024

171 

172  
173  
174 Mauricio Couto Cesar Junior  
175 Presidente da Mesa

176 

177 Ana Cláudia dos Santos Campos  
178 Secretária da Mesa

179 

180  
181 Paulo Roberto Bento Carneiro  
182 Secretário da Mesa  
183